

# Siderúrgicas retomam a pressão contra aço da China

Empresas brasileiras querem que importações do gigante asiático sejam sobretaxadas em até 25%

As siderúrgicas iniciaram o ano com o mesmo propósito de 2023: sobretaxar em até 25% o aço chinês que entra no país com preços, classificados pelos executivos, como “predatórios”. O presidente do Grupo CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Benjamin Steinbruch, que tem proximidade com o governo petista, se reuniu no ano passado com o vice-presidente Geraldo Alckmin para tratar do assunto, mas até hoje não houve sinalização positiva.

De acordo com o IM Business, a CSN teria protocolado duas petições no Departamento de Defesa Comercial (Decom), em Brasília, na tentativa de que seja aberto dois processos antidumping. Uma contra a importações de folhas metálicas.

Detalhe: a CSN é a única siderúrgica brasileira que produz esse material. A outra frente de batalha da CSN na Decom seria contra a importação do aço pré-pintado, fabricado pela empresa nas instalações que tem em Araucária (PR).

## CSN nega

Embora a assessoria de imprensa negue à imprensa qualquer ação da CSN nesse sentido, Steinbruch foi enfático durante a realização do CSN e CSN Mineração Day, em dezembro de 2023.

“Temos como taxaço um critério que vai de 10% a 16% para o aço importado. Já no

México, na comunidade europeia, no Canadá e nos Estados Unidos, a taxaço é de 25%”, enfatiza, acrescentando que as siderúrgicas brasileiras, ao exportar aço, já pagam uma alíquota de 25%, enquanto o Brasil não impõe a mesma regra para outras empresas internacionais.

O executivo vai além: “O governo brasileiro já deveria ter adotado práticas para proteger a indústria nacional”. Seguindo essa linha de raciocínio, Steinbruch é incisivo: “O Brasil tem medo de negociar com a China”, diz, e prossegue alegando que o volume de aço chinês que vem para o Brasil é pequeno, se comprado ao produzido pelo gigante asiático.

A referência de Steinbruch ao volume da importação é para rebater, por exemplo, os argumentos da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), que afirma que a sobretaxa pode levar a uma “desindustrialização”, caso o governo federal efetive a sobretaxa sobre o gigante asiático.

## Cadeias industriais

Neste caso, aumentaria o custo de produção de diversas cadeias industriais. Só para se ter uma ideia estariam no grupo 120 mil empresas, incluindo a construção civil, automotivo, máquinas e equipamentos, eletrodomésticos, indústria naval, transportes, ferrovias, entre outras.



Siderúrgicas pressionam o governo a taxar aço que vem da China para o Brasil

O vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Eduardo Aroeira, ressalta que o aço corresponde a um custo variável de 6% a 8% das obras de moradias populares, segmento contemplado pelo programa federal ‘Minha Casa, Minha Vida’, além de onerar, de 8% a 15%, empreendimentos de infraestrutura e 8% a 9%, no caso de construções imobiliárias no geral.

## Aço Brasil

O Instituto Aço Brasil, que reúne gigantes do setor como a própria CSN, Usiminas, Gerdau e ArcelorMittal, também subiu o tom e pressiona o governo federal para

sobretaxar em 25% todos os tipos de produtos siderúrgicos importados, principalmente de China, Rússia e Coreia do Sul. Atualmente as taxas ficam entre 10,8% a 12%. O instituto já tinha oficializado as demandas, em outubro do ano passado.

## Usiminas desliga alto-forno

Em meio a imbróglio, a direção da Usiminas anunciou, em dezembro do ano passado, o desligamento temporário do alto-forno 1, da Usina de Ipatinga, em Minas Gerais. A medida teria sido tomada, segundo informou a própria empresa, diante da

retomada da operação do alto-forno 3 da usina, o maior da Usina. E, claro, a Usiminas justificou ainda que a forte concorrência de importações de aço no mercado interno também influenciaram na decisão.

## Gerdau defende aumento de alíquota

O empresário Jorge Gerdau Johannpeter, atual presidente do conselho de administração da Gerdau, fala abertamente sobre sua preocupação com a crescente oferta de aço chinês no mercado brasileiro. Ele também defende a alíquota de importação de 25% para proteger o mercado nacional.

“O mundo está sendo inundado por aço chinês, que é subsidiado e não competitivo”, reforça o CEO da Gerdau, Gustavo Werneck.

“Não é uma conta fácil. Existe uma preocupação grande porque as economias maduras colocam alguma proteção ao seu mercado contra competições desleais”, completou, em declaração dada ainda em agosto do ano passado.

Outra medida anunciada pelo Gerdau, em 2023, foi a redução da capacidade de produção de unidades no Ceará e Rio Grande do Sul, além do desligamento de 700 colaboradores, também no ano passado.

# Sindicato vai à Justiça para garantir salários em Itaipu

O sindicato que representa os trabalhadores da Itaipu Binacional foi à Justiça, nesta segunda-feira (22), para garantir o pagamento de verbas trabalhistas. O impasse entre Brasil e Paraguai na definição da tarifa de energia travou o orçamento e todos os pagamentos da empresa estão suspensos neste início de ano.

Não há liberação de recursos para fornecedores ou prestadores de serviço. Os trabalhadores que estão saindo de férias não recebem o adicional para o descanso remunerado e o adiantamento.

Segundo o presidente do Sinefi (Sindicato dos Eletricários de Foz do Iguaçu), Paulo Henrique Zuchoski, conhecido como PH, a ação trabalhista foi distribuída à 2ª Vara do Trabalho de Foz do Iguaçu, que em resposta deu prazo de cinco dias para que Itaipu se manifeste.

O Sinefi solicita na ação o pagamento dos atrasados. Também requereu a liberação do 13º salário, que havia sido acertado para 12 de janeiro, apesar de a empresa ter até 31 deste mês para fazer o depósito, e a garantia de que Itaipu vai pagar os salários na data correta.

À Folha de S.Paulo PH disse que os trabalhadores da usina estão na iminência de não receberem os salários.



Impasse entre Brasil e Paraguai na definição da tarifa de energia travou o orçamento

“O pagamento deve ocorrer no dia 25 de cada mês, conforme o acordo coletivo. Até agora, nada desenrolou [na negociação entre Brasil e Paraguai]”, afirmou.

“O fato é que os representantes paraguaios, no intuito de terem sucesso na empreitada a que se dispõem, estão usando como ferramenta o bem-estar dos trabalhadores. Repasses a prestadores de serviço, convênios e até mesmo pensões alimentícias determinadas pela Justiça, não estão sendo quitados.”

Tudo em Itaipu depende de autorização mútua dos dois

sócios. O Paraguai se recusa a aprovar o orçamento de 2024 enquanto não houver definição sobre a tarifa deste ano. Enquanto o Brasil sinalizou o valor de US\$ 16,71 por kW (kilowatt), o Paraguai deseja um aumento acima desse patamar.

Em nota enviada aos trabalhadores na sexta-feira (19), a direção brasileira de Itaipu declarou que atua para honrar os compromissos da forma mais rápida possível. Reforçou que a empresa e a chancelaria do Brasil têm feito todos os esforços para encerrar o impasse.

O informe diz ainda que, em paralelo, o lado brasileiro

atua para deixar todos os pagamentos formalizados, o que vai agilizar o desembolso quando for possível, está suspendendo as viagens, para evitar custos aos trabalhadores, bem como busca remarcar férias para evitar que o funcionário saia sem receber.

Diante da indisposição entre os representantes de cada país na direção da usina para fechar o valor da tarifa, os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e do Paraguai, Santiago Peña, chegaram a se encontrar em 15 de janeiro, em Brasília, para tentar um acordo, o que não ocorreu.

# EUA retiram barreira comercial contra siderúrgicas do Brasil

Após mais de 30 anos, os Estados Unidos retiraram uma barreira comercial sobre a produção siderúrgica brasileira. O país retirou o direito antidumping sobre os tubos soldados de aço do Brasil.

Agora, esses produtos deixarão de pagar sobretaxa de 103,4% para entrar no mercado norte-americano. Em vigor desde 1992, o direito antidumping foi revogado pela Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos.

Segundo o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, a decisão ajudará a impulsionar as exportações brasileiras em 2024. “É uma conquista importante que vai expandir ainda mais a exportação siderúrgica de tubos de aço para os Estados Unidos”, disse Alckmin ao anunciar o superávit recorde de US\$ 98,8 bilhões na balança comercial no ano passado.

## Competição desleal

Permitido pela Organização Mundial do Comércio, o direito antidumping é aplicado quando um país alega que um concorrente produz uma mercadoria abaixo do preço de custo, o que cria competição desleal com o produto

nacional. Para revogar a sobretaxa, o país que sofreu a sanção precisa provar que as empresas não exportam as mercadorias abaixo do custo.

A secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres, ressaltou que o Brasil foi o único país que sofria esse tipo de punição a ter a sobretaxa retirada após a revisão do governo norte-americano. “Isso prova como o governo brasileiro está empenhado na defesa das empresas brasileiras no exterior e conseguiu provar que o direito antidumping não cabia”, declarou.

Com a exclusão do Brasil, os Estados Unidos continuam sobretaxando os tubos soldados de aço não ligados (não produzidos em forma de liga) dos seguintes países: Índia, México, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia.

Em 2023, o Brasil exportou cerca de US\$ 22 milhões em tubos soldados de aço. Desse total, apenas US\$ 457 mil foram destinados aos Estados Unidos, cerca de 2% do valor. Se for considerado todo o setor siderúrgico, o país vendeu, no ano passado, cerca de US\$ 1,8 bilhão de produtos em ferro fundido, ferro ou aço, dos quais US\$ 332 milhões ao mercado norte-americano, 18% das exportações brasileiras nesse segmento.